

ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM: UMA REFLEXÃO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

LITERACY AND LEARNING: A REFLECTION ABOUT THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASIS

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.v0i50.47330>

STOCKMANN, Jussara Isabel¹

FONSECA, Natália Ribas²

RESUMO

O artigo analisa os aspectos de alfabetização/letramento propostos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Além disso, apresenta uma breve discussão sobre a importância da compreensão dos processos que envolvem o aprendizado da língua escrita. Para tanto, objetiva-se reconhecer o quanto significativo é o embasamento teórico para desenvolver uma prática adequada em sala de aula. Para efetuar esta pesquisa, foi utilizada a metodologia bibliográfica, tendo os seguintes autores como referência principal Ferreiro (1999), Grossi (1990) e Soares (2008; 2012). A temática apresenta a reflexão da historicidade e classificação de alfabetização/letramento com a finalidade de situar o leitor no contexto do debate. Essa reflexão verifica como o processo do desenvolvimento da aprendizagem, na área de linguagens, aparece na Base Nacional Comum Curricular. Assim, nota-se que os avanços na aprendizagem dispostos nos diferentes anos na BNCC, na área de linguagens, definem o lugar onde se deve chegar, pois o documento determina o mínimo que a criança pode aprender, assim como as habilidades que pode desenvolver. No entanto, ressalta-se que não é adequado que o professor contribua para uma formação mínima, mas procure desenvolver o máximo do potencial de cada aluno, com o propósito de uma formação plena.

Palavras-Chave: Ensino de língua escrita; Políticas Públicas Educacionais; Letramento.

ABSTRACT

The article analyzes the aspects of literacy proposed in the National Curricular Common Base - BNCC. In addition, it presents a brief discussion about the importance of understanding the processes that involve learning the written language. In order to do so, it aims to recognize how significant is the theoretical basis for developing an adequate classroom practice. To carry out this research, the bibliographical methodology was used, with the following authors being the main reference Ferreiro (1999), Grossi (1990) and Soares (2008; 2012). The theme presents the reflection of the historicity and classification of literacy with the purpose of situating the reader in the context of the debate. This reflection verifies how the process of learning development, in the area of languages, appears in the National Curricular Common Base. Thus, it is noticed that the advances in learning arranged in the different years in the area of languages in the area of languages, define the place where one should arrive, because the document determines the minimum that the child can learn, as well as the abilities that can develop. However, it is not appropriate for the teacher to contribute to a minimum training, but to develop the maximum potential of each student, for the purpose of full training.

Keywords: Teaching of written language; Educational public policies; Literacy.

¹ Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor EBTT do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. Avaliadora de curso presencial e EAD no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Integrante dos Grupos de Pesquisa Educação: saberes, linguagem e multiculturalidade, da UNICENTRO/IRATI; Grupo de Estudos em Educação a Distância (GEEAD), da UNICENTRO/GUARAPUAVA; Didática e Formação Docente (NAPE), da UDESC; e Trabalho, Educação e Formação Profissional, do IFPR - Campus Palmas.

² Graduada do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas.

Notandum, ano XXII, n. 50, maio/ago. 2019
CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto
ALFABETIZAÇÃO, APRENDIZAGEM E A BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR

Introdução

O aprofundamento sobre a alfabetização e a aprendizagem, a partir da análise e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), conhecida pela sigla ‘BNCC’, é uma temática pertinente para a área da educação, pois traz uma discussão sobre a importância da compreensão dos processos que envolvem o aprendizado da língua escrita e como esse processo está proposto no documento em questão, que tem abrangência nacional e visa direcionar o currículo escolar.

Assim, este trabalho tem por objetivo refletir sobre a importância do ensino da linguagem escrita, processo que instrumentaliza crianças e jovens e, assim, promove sua participação efetiva nas diversas práticas sociais. Para compreender melhor essa questão, pretende-se também, baseando-se nos textos de Ferreiro (1999), Grossi (1990) e Soares (2008), explorar a historicidade dos conceitos de alfabetização e letramento, destacando suas diferenças e suas relações. Esse estudo de revisão bibliográfica reafirma a necessidade de os educadores se qualificarem para o trabalho docente, notadamente diante da instituição da BNCC, de modo a compreender que alfabetização e letramento são processos distintos, mas concorrem para uma finalidade comum, que é a de inserir as pessoas nas práticas sociais de leitura e escrita.

Frequentemente, associa-se o problema da aprendizagem da leitura e escrita se origina aos métodos tradicionais. No entanto, muitos educadores tentam buscar a melhor metodologia ou a mais eficaz e, por isso, é importante entender que não há um método certo ou melhor que o outro, mas, sim, aquele que atinge as expectativas na apreensão do conhecimento. Com características opostas, os métodos sintético e analítico apresentam maneiras diferentes de se ensinar a ler e a escrever, mas ambos podem ser considerados eficazes quando promovem a alfabetização e o letramento. Portanto, para o professor, a tarefa de alfabetizar e letrar exige um olhar acurado e voltado para o aluno, baseada numa análise minuciosa do desenvolvimento e de sua individualidade. Desse modo, cabe ao professor considerar que cada criança apresenta um ritmo único no processo de aquisição da escrita e é necessário, dessa forma, saber respeitar os limites de aprendizagem do educando e estar disposto a buscar estratégias que melhorem o desenvolvimento do aluno. Além disso, é preciso lembrar que a escola é o lugar onde todos devem ser tratados com equidade para que seja possível promover uma educação significativa e de qualidade, que possibilita a formação cidadã, autônoma e integral.

Enfim, ressalta-se que é importante analisar o modo como a BNCC trata a aprendizagem da língua escrita, isto é, os processos de alfabetização e letramento, pois é sabido que, para garantir essa aprendizagem, o professor precisa oferecer oportunidades que promovam a criticidade e a autonomia do aluno. Por isso, é imprescindível contextualizar e situar o aluno com relação aos saberes que serão trabalhados, fazendo, assim, referências ao cotidiano e às experiências de vida do educando, com o intuito de alcançar a efetiva aprendizagem, aliando-se à teoria e à prática. Portanto, destaca-se que a BNCC divide a alfabetização em eixos que partem da oralidade, análise linguística, leitura/escuta e produção de textos e, dentro desses eixos deles, é possível encontrar especificações sobre como podem ser trabalhadas.

Os conceitos da alfabetização e letramento e suas dimensões

Existem muitos escritos e reflexões sobre os processos de alfabetização e letramento, visto dos desafios para docentes e escolas quanto aos problemas de alfabetização existentes. Refletir sobre a temática e sobre os níveis de alfabetização trazidos por Ferreiro e Teberosky (1999) remete-nos a base teórica visando sustentação conceitual. Assim, em se tratando de relações sociais, compreende-se que a linguagem é fundamental para comunicação. Como ressalta a BNCC:

A língua tem duas dimensões: é oral e escrita. Assim, sua aprendizagem considera o contínuo entre oralidade e escrita: na alfabetização, em que o oral é representado por notações (letras e outros signos), nos usos sociais da língua oral e nos usos sociais da leitura e da escrita – nas práticas de letramento. A meta do trabalho com a Língua Portuguesa, ao longo do Ensino Fundamental, é a de que crianças, adolescentes, jovens e adultos aprendam a ler e desenvolvam a escuta, construindo sentidos coerentes para textos orais e escritos; a escrever e a falar, produzindo textos adequados a situações de interação diversas; a apropriar-se de conhecimentos e recursos linguísticos – textuais, discursivos, expressivos e estéticos – que contribuam para o uso adequado da língua oral e da língua escrita na diversidade das situações comunicativas de que participam. (BRASIL, 2017, p. 63).

A oralidade precede a escolaridade, portanto, de forma natural, os saberes são repassados pela família e pelas interações sociais, pois é por meio da língua que o ser humano pensa, comunica-se, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vistas. No entanto, sabe-se que a língua oral é variável, pois há diferenças regionais e sociais, sendo que a criança começa a entender esses conceitos a partir do momento em que entra na escola, assim como dá início à compreensão de que a linguagem é objeto de conhecimento e, por

isso, é preciso aprender suas especificidades e variações. Observa-se, desse modo, que a BNCC considera o texto em suas diversas modalidades, os que se apresentam na imprensa, na televisão, internet e publicidade, livros didáticos, ou seja, qualquer meio e/ou estrutura em que o texto se apresente.

Desde muito cedo, as crianças convivem com a língua oral nas relações vivenciadas com outros adultos próximos a ela. No dia a dia, crianças e adolescentes se deparam com várias experiências significativas da leitura e escrita, seja em rótulos de alimentos num supermercado, placas de propaganda ou quaisquer que sejam os enunciados. Soares (2012 p. 49) afirma que “[...] há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades, das demandas do indivíduo e de seu meio, do contexto social e cultural”. Dessa forma, observa-se que, em alguns casos, uma pessoa pode ser capaz de ler um bilhete e utilizar os meios sociais para se comunicar, recebendo e enviando mensagens, mas, talvez, não seja capaz de entender um capítulo de um livro clássico, um cabeçalho de uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou, então defender seu ponto de vista sobre determinado assunto. Pensando nisso, é possível ressaltar que não se aprende a ler somente para decifrar um recado ou notícias de revistas e jornais, isto é, aquilo que já é impresso de forma sistematizada, específica, com objetivos e clareza sobre o assunto. Nessa perspectiva, é importante considerar que as crianças precisam ter acesso a todos os tipos de textos.

Conforme Teberosky e Tolchinsky (1997), normalmente, os professores acreditam que as crianças devem iniciar a aprendizagem da leitura com textos muito curtos e avançar gradativamente para os textos maiores. Por isso, fazem uma crítica ao método sintético e reforçam a importância do método analítico: “[...] se limitamos as crianças que estão na etapa inicial a escrever apenas palavras, impediremos que concebam, utilizem e experimentem diferentes propriedades do sistema de escrita” (TEBEROSKY; TOLCHINSKY, 1997, p. 233).

Destaca-se que as crianças vão se constituindo como letradas, ao passo que experiências de leitura e escrita acontecem efetivamente, mediadas pela oralidade. Discutir alfabetização e letramento, portanto, é refletir sobre o próprio pensamento, mas é importante lembrar que a língua escrita não é uma representação da fala, pois as habilidades que a língua escrita requer não são as mesmas da língua falada. O sentido de alfabetização se dá pela aquisição da língua escrita e o significado do letramento é o próprio processo contínuo nas práticas sociais, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita. Assim, pode-se dizer que a prática do letramento resulta em uma boa leitura.

Nesse contexto, o grande desafio dos docentes é a garantia da alfabetização e do letramento, simultaneamente. Assim, objetiva-se ampliar conhecimentos e experiências de modo que crianças e adolescentes leiam e produzam diferentes textos verbais e não-verbais com autonomia e clareza de pensamento: “[...] é importante que a escola, desde a educação infantil, promova atividades que envolvam essa diversidade textual e levem os estudantes a construir conhecimentos sobre os gêneros textuais e seus usos na sociedade” (CORREIA; LEAL; MORAIS, 2007, p. 72).

Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental no processo da estruturação da escrita e do conhecimento da diversidade textual. No contexto de sala de aula, trabalhar textos literários, além de estimular o conhecimento de bens culturais da humanidade, é fonte de prazer que desperta a fantasia, imaginação e possibilita também a reestruturação de valores sociais. Ademais, textos literários fazem parte do universo infantil e juvenil, isto é, contribui para motivação pela leitura.

Segundo Kramer (2007 p. 16), as crianças são “interessadas em brinquedos e bonecas, atraídas por contos de fadas, mitos, lendas [...]”. Portanto, o educador deve estar atento à garantia do espaço de interação das crianças nos projetos educacionais e explorar o bem cultural através da literatura, reconhecendo, dessa forma, a diversidade cultural. Vale ressaltar, ainda, a importância de trabalhar a ludicidade, para envolver as crianças, pois, assim, elas se sentem familiarizadas com a atividade desenvolvida. Kramer (2007, p. 20) afirma, ainda, que na “[...] educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade e assegurar a apropriação do conhecimento por todos”. Do mesmo modo, têm a necessidade de enfrentar o desafio e garantir a formação cultural e a identificar crianças como sujeitos sociais, investindo na construção de cidadãos autônomos e críticos, ativos na sociedade em que vivemos. Além disso, como afirma Kramer, (2007, p. 21) “sem conhecer as interações, não há como educar crianças e jovens numa perspectiva de humanização necessárias para subsidiar políticas públicas e práticas educativas solidárias”. Assim, é importante olhar para o mundo de acordo com a realidade em que a criança está inserida, pois conhecer a infância contribui para a formação do sujeito e, também, para avaliar o contexto em que as crianças estão inseridas.

Para além dos aspectos didáticos, se faz necessário conhecer a criança, seus aspectos de desenvolvimento cognitivo, sociais, psicológicos para desenvolver uma ação pedagógica de alfabetização e letramento que proporcione condições para o desenvolvimento de cidadãos autônomos e críticos. De acordo com Soares (2012), ao abordar sobre letramento, reporta que a palavra é recém-chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas. Segundo

a autora, essa palavra surge na segunda metade dos anos 80 do século XX, no discurso dos especialistas. A palavra ‘letramento’ significa uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita e, portanto, ‘letramento’ é o resultado da ação, ou resultado de letrar-se. Alguns autores consideram a língua falada culta como resultado do letramento e sua definição é entendida quando:

[...] um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certa forma, letrado (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a letramento). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas vive em um meio em que a leitura e escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulário e estruturas próprios da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2012, p. 24).

Em outras palavras, o letramento acontece antes da alfabetização e continua com ela, portanto, o educador deve, primordialmente, reconhecer o processo de letramento que o aluno traz consigo, iniciado antes mesmos da escolarização. Desse modo, pode-se dizer que se a criança sabe contar uma mentira, por exemplo, ela é, de certo modo, letrada, uma vez que não é apenas a leitura que faz o sujeito letrado. Logo, letramento leva o indivíduo à autonomia e a resolver questões de linguagem. De fato, a alfabetização acontece através da aquisição da língua escrita, já o letramento é um processo contínuo, ou seja, é o desenvolvimento da capacidade mais ampla de ler e compreender o mundo a sua volta através da leitura e da escrita. Soares (2012, p. 45) retrata que

À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que o número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia: não basta apenas aprender a ler e a escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e a escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita: não leem livros, jornais, revistas, não sabem redigir preencher um formulário, sentem dificuldade para escrever um simples telegrama, uma carta, não conseguem encontrar informações num catálogo telefônico, num contrato de trabalho, numa conta de luz, numa bula de remédio... Esse novo fenômeno só ganha visibilidade depois que é minimamente resolvido o problema do analfabetismo e que o desenvolvimento social, cultural, econômico e político traz novas, intensas e variadas práticas de leitura e de escrita, fazendo emergirem novas necessidades, além de novas alternativas de lazer.

Aflorando o novo fenômeno, foi preciso dar um nome a ele: quando uma nova palavra surge na língua, é que um novo fenômeno surgiu e teve de ser nomeado. Por isso, e para nomear esse novo fenômeno, surgiu a palavra letramento.

A qualidade da leitura acontece efetivamente quando o indivíduo constrói o hábito pela prática e, assim, gradativamente, obtêm o domínio da língua. Normalmente, as pessoas leem superficialmente, entendem o mínimo, mas não conseguem ir além disso, isso porque não há proveito na leitura. Assim, é possível afirmar que ler bem está ligado à prática do letramento, a prática da leitura, ao hábito de ler.

Como aluno, nota-se que se ele é letrado, não precisa submeter-se a seguir modelos pré-determinados que não entende, porque, ao redigir uma redação, coloca em prática suas experiências. Soares (2012, p. 120) afirma que o letramento deve ser um direito de todos os indivíduos, sem distinção de classe social.

O letramento é, sem dúvida alguma, pelo menos nas modernas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que esse direito está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançado por ela.

Dessa maneira, a instituição escolar deve promover a alfabetização e, concomitantemente, o letramento, de modo a incentivar o aluno a incorporar o hábito da leitura e preparar o educando para responder às necessidades sociais da escrita e da leitura. Como se sabe, a criança aprende a ler e escrever convivendo com a leitura e a escrita e, por isso, o professor, ao mesmo tempo em que deve trabalhar com historinhas, pode trabalhar com um jornal informativo, para que a criança entenda o significado da escrita, assim como compreenda que ela varia conforme o interlocutor e assim por diante. É notório que cada criança tem um ritmo diferente de aprendizagem, no entanto, é preciso que o professor saiba trabalhar as dificuldades do aluno para que ele avance de uma fase para outra e, para que isso ocorra, o docente necessita ter conhecimentos linguísticos, fonológicos, psicológicos e pedagógicos.

A BNCC caracteriza o letramento como condição para a alfabetização e a alfabetização como condição para o letramento, como se observa:

[...] letramento é condição para a alfabetização, para o domínio das correspondências entre grafemas e fonemas, mas a alfabetização e a

exploração sistemática dessas relações grafofonêmicas são também condição para o letramento. Do mesmo modo, o conhecimento das hipóteses feitas pelas crianças no aprendizado da língua escrita é condição fundamental para o seu aprendizado, mas a análise e a exploração gradual e sistemática das características formais da língua escrita são também condição fundamental da alfabetização. (BRASIL, 2017, p. 69).

Nesse sentido, Kramer (1986, p. 19) entende que o processo de alfabetização pode se caracterizar pela aprendizagem passiva e mecânica ou pelo contato e convívio com produções que visam favorecer uma construção ativa e dinâmica. Desse modo, exemplifica (Kramer, 1986, p. 19):

Assim, o problema não é tanto se se devem fazer “exercícios” na aprendizagem da leitura e da escrita: é preciso que eles estejam vinculados a um contexto, que sejam uma estratégia usada dentre as demais, evitando-se que as crianças apenas repitam exercícios indefinidamente sem compreender para onde estão indo, qual é o significado do que fazem, o que é ler e escrever, qual é a função da escrita.

Ensinar a ler e escrever é competência do professor alfabetizador, mas as ideias de “para que” e “por que” ensinar a ler e escrever norteiam todo o trabalho docente, bem como a escolha de métodos e técnicas a serem trabalhados. Reproduzir e reforçar as incansáveis cópias mecanizadas de palavras descontextualizadas não ajudam o aluno a refletir sobre o tema, por exemplo. Quando o assunto estudado é familiar ao aluno, a atividade escolar tende a ser mais prazerosa e significativa, por isso há a necessidade de contextualizar e planejar aulas que realmente contribuam para o desenvolvimento do educando, fazendo, dessa forma, com que haja interação com o objeto. Nesse sentido, observa-se que trabalhar palavras cujo significado não traz ligação nenhuma com o cotidiano do aluno pode ser frustrante, tanto para o professor, quanto para o aluno que se vê alheio ao processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, consideramos importante destacar o pensamento de Vygotsky, (2014, p. 1) “quando desenho a partir de observações da natureza, escrevo ou faço qualquer coisa, segundo um modelo, em todas essas situações reproduzo apenas o que está diante de mim, ou o que foi por mim anteriormente assimilado e elaborado”. Vygotsky (2014) destaca que a representação que a criança faz através da escrita, do desenho, das ações reflete e valorizar o contexto em que a criança está inserida. Desse modo, segundo Kramer (1986, p. 151), a criança traz consigo uma bagagem de conhecimentos e costumes já transmitidos pela própria família, e é sabido que crianças que tem mais contato com livros e revistas e que

ouvem histórias contadas por adultos tendem a evoluir com mais facilidade por já entenderem qual é o ‘jogo’ da escrita:

Diante de tudo isso, podemos concluir que a alfabetização não se inicia na escola. Nenhuma criança chega a zero na 1ª série. Nossa sociedade é letrada e a criança, principalmente urbana, é cercada pelo mundo da escrita – painéis, embalagens etc. Há um conhecimento socialmente transmitido que precede a escola. (KRAMER, 1986, p. 151).

Diante disso, percebe-se que, muitas vezes, a escola pode ser excludente sim, pois a criança mais favorecida tem maiores oportunidades de sucesso na vida escolar, maior facilidade de aprendizagem, pois já traz consigo saberes e conceitos repassados pelos pais, que podem ler uma história antes de a criança dormir e até mesmo fazer um passeio de final de semana. Nota-se, também, que a criança que recebe mais atenção é mais estimulada e apresenta curiosidade quanto a tudo ao seu redor. Sendo assim, para que a escola não seja excludente ao receber crianças com suas próprias histórias de vida e saber já repassado pela família, cabe a ela proporcionar atividades para que a criança menos favorecida compreenda o que a escrita representa em sua vida.

Os desafios do profissional da educação são muitos, uma vez que todos os níveis da alfabetização exigem do professor grande esforço e, mesmo assim, quando muda o docente sempre pode ocorrer uma ruptura no método de trabalho, pois cada profissional tem suas especificidades, planejamento e maneira de trabalhar. Na opinião de Kramer (1986, p. 128), a proposta de alfabetização, embora seja marcada pelas dificuldades e pelo compromisso do educador frente a adversidades que surgem pelo caminho, deve ser repensada de acordo com as necessidades e interesses das diversas classes sociais. Para isso, o projeto político pedagógico das escolas deve corresponder à realidade do seu público. O início da aprendizagem da criança corresponde a uma nova maneira de interpretar o mundo em que se insere: “Ao iniciar a aprendizagem da leitura e escrita, a criança acredita que a escrita é outra forma de desenhar as coisas. Não é claro para ela que a escrita representa os sons da fala. Até chegar a essa compreensão, a criança passa por estágios em que vai levantando hipóteses” (KRAMER, 1986, p. 149).

Como se observa, a criança adora conhecer, explorar tudo ao seu redor, fazer desenhos sobre a natureza, família e tudo aquilo que tem contato. A fase em que a criança entende que pode desenhar uma árvore, mas também pode escrever a palavra ‘árvore’ para se referir a ela, é uma fase de ressignificação sobre tudo que ela já conhece. Então, para a criança compreender a estrutura do sistema de escrita, ela precisa ter as funções psiconeurológicas

bem desenvolvidas para, assim, ter habilidades para formar o conceito do que é o sistema de representação da escrita. Nesse sentido, o estímulo da família e da escola pelo contato com diversos materiais escritos reforça o processo de aprendizagem e assimilação e, dessa forma, vê-se que quanto mais desenvolvida a criança for, maior será o número de conceitos e ideias para assimilação.

Do ponto de vista cognitivo e linguístico, para aprender a ler e escrever, é preciso fazer a ligação dos sons com as letras. Percebe-se, desse modo, que a escrita alfabética é uma relação dos sons, sendo que para isso a criança precisa relacionar o som à escrita para aprender de maneira significativa. Os estudos sobre a aquisição da leitura e escrita por muito tempo se voltaram a métodos tradicionais, porém, educadores tentam buscar o melhor método ou o mais eficaz, métodos esses denominados como sintéticos e analíticos.

Com características opostas, os métodos sintéticos partem de elementos menores, enquanto que os métodos analíticos partem de unidades maiores. Na alfabetização, a criança aprende a ler e escrever e pode até redigir alguns textos e isso, portanto, tem metodologia própria. Por isso, pode-se dizer que é importante o professor ter clareza do método que utilizará ao alfabetizar, que identifique a fase em que o aluno se encontra e o auxilie a ultrapassar os obstáculos, avançando no processo de estruturação da língua.

Acerca dessa questão, Grossi (1990, p. 36) estabelece um grande desafio aos educadores: “A melhoria da alfabetização deve ser buscada simultaneamente em duas dimensões dos seus resultados – a dimensão quantitativa e qualitativa. Não só alfabetizar mais gente, mas alfabetizar melhor.” Passar anos e anos nos bancos escolares não quer dizer que o aluno se forma como sujeito alfabetizado e letrado. É necessário que haja compromisso e uma relação dialógica entre professor e aluno para se cumprir o compromisso da aprendizagem. Assim, observa-se que o professor que se mostra como tradicionalista e autoritário ganha somente a resistência do aluno nos processos de ensino e de aprendizagem.

De acordo com a BNCC (2017, p. 12), a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Portanto, o compromisso do professor é grande frente às adversidades que surgem no caminho, mas em hipótese alguma pode desistir do aluno. Pelo contrário, o investimento e o estímulo devem partir do professor para que o aluno saiba da importância da formação escolar e se comprometa com o sucesso da aprendizagem. Nesse sentido, faz-se necessária o aprofundamento e a reflexão da teoria exposta em *Psicogênese da Língua Escrita*, proposta por Ferreiro e Teberosky (1999), descrita nas fases abaixo:

a) Hipótese pré-silábica

Nesta fase, a criança não estabelece vínculo entre fala e escrita; não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada; demonstra intenção de escrever através de traçado linear; usa letras do próprio nome ou letras e números na mesma palavra; tem leitura global, individual e instável sobre o que escreve; não tem consciência fonológica. Conforme explica Ferreiro e Teberosky (1999, p. 193):

Neste nível, escrever é reproduzir os traços típicos da escrita que a criança identifica como a forma básica da mesma. Se esta forma básica é a escrita de imprensa, teremos grafismos separados entre si, compostos por linhas curvas e respostas ou de combinações entre ambas. Se a forma básica é cursiva, teremos grafismos ligados entre si com uma linha ondulada como forma de base, na qual se inserem curvas fechadas e semifechadas.

Assim, a fase caracteriza-se pela mistura de desenhos e variadas letras para escrever uma palavra ou usar uma letra com equivalência pelo todo. A criança pode escrever uma grande quantidade de letras de acordo com o tamanho do objeto, coisas pequenas devem ter nomes pequenos. Pode ser dividido em dois subníveis: Pictórico, onde ocorre escrita e rabiscos; e Ideográfico, onde é usado desenhos para representar palavras.

b) Hipótese silábica

A hipótese silábica se caracteriza quando o aluno passa a compreender que cada letra serve para representar uma sílaba oral; quando interpreta a letra a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma. Desse modo, o educando supõe que a escrita representa a fala; em frases, os alunos podem escrever uma letra para cada palavra. Ferreiro e Teberosky (1999, p. 202) descrevem esse nível da seguinte maneira:

A hipótese central desse nível é a seguinte: Para poder ler as coisas diferentes (isto é, atribuir significados diferentes), deve haver uma diferença objetiva nas escritas. O progresso gráfico mais evidente é que a forma dos grafismos é mais definida, mais próxima à das letras. Porém, o fato conceitual mais interessante é o seguinte: segue-se trabalhando com a hipótese de que faz falta uma variedade de grafismos. Agora, em algumas crianças, a disponibilidade de formas gráficas é muito limitada, e a única possibilidade de responder ao mesmo tempo a todas as exigências consiste em utilizar a posição na ordem linear. É assim como estas crianças expressam a diferença de significação por meio de variações de posição na ordem linear, descobrindo, dessa maneira, em pleno período pré-operatório, os antecessores de uma combinatória, o que constitui uma aquisição cognitiva notável.

Em concordância com o exposto, compreende-se que, nesta fase, a criança começa a desvincular a escrita das imagens e os números das letras; conserva as hipóteses da quantidade mínima e da variedade de caracteres; cada vez que pronuncia uma sílaba, ela escreve uma letra; tenta fonetizar a escrita e dar valor sonoro às letras; supõe que a menor unidade da língua seja a sílaba; usa uma letra para cada vez que pronuncia uma sílaba.

c) Hipótese silábico-alfabética

Nesta fase, a criança descobre que para escrever não é suficiente usar apenas uma letra para cada sílaba; mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas. Desse modo, Ferreiro e Teberosky (1999, p. 214) esclarecem:

Vamos propor, de imediato, nossa interpretação deste momento fundamental da evolução: a criança abandona a hipótese silábica e descobre a necessidade de fazer uma análise que vá “mais além” da sílaba pelo conflito entre a hipótese silábica e a exigência de quantidade mínima originais da criança) e o conflito entre as formas gráficas que o meio lhe propõe e a leitura dessas formas em termos de hipótese silábica (conflito entre uma exigência interna e uma realidade exterior ao próprio sujeito).

Marcada por um momento de transição, na análise que a criança procura fazer, ocorre uma mistura da lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas. Nesse momento, a criança compreende que a escrita tem função social; compreende o modo de construção do código da escrita; não tem problema de escrita no que se refere ao conceito. Passa a fazer a leitura termo a termo, não globalmente.

d) Hipótese alfabética

O autor que nos auxilia a caracterizar esse nível da alfabetização é Grossi (1990 p. 23), alinhado à teoria de Ferreiro e Teberosky, segundo o qual o nível alfabético “trata-se do chamado “estalo” da alfabetização, o marco altamente significativo do ingresso no cerne do nosso sistema de escrita – a constituição alfabética de sílabas.” Etapa em que a criança domina o código escrito, assim como, também, o valor das letras e sílabas, distinguindo letras, sílabas, palavras e frases. Ela reproduz adequadamente todos os fonemas de uma palavra, ainda com inadequações ortográficas; compreende o modo de construção da escrita; omite letras quando mistura as hipóteses alfabética e silábica; não tem problemas de escrita no que se refere ao conceito.

O processo de ensino e aprendizagem requer algumas habilidades do docente quanto à sensibilidade, como, por exemplo, olhar o aluno como sujeito que possui capacidades de se desenvolver em aspectos físico, cognitivo, social, afetivo e psicológico. Cabe ao educador, no entanto, valorizar as potencialidades do aluno, respeitar suas limitações, pois os educandos não possuem a aprendizagem nivelada, uma vez que nem todos precisam ou passam por todos os níveis de maneira uniforme, sendo que os níveis foram propostos para o educador refletir e ter entendimento sobre o processo de aprendizagem que cada criança apresenta.

Processo de aprendizagem da língua escrita segundo a BNCC

O desenvolvimento da aprendizagem do aluno se dá por meio da articulação de aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem, de modo a favorecer autonomia intelectual, compreensão de si próprio e de mundo. Como prevê a BNCC:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento. (BRASIL, 2017, p. 56).

Nos primeiros anos, a apropriação do sistema alfabético requer um cuidado especial, momento marcado em que as linguagens oral, corporal e artística criam um novo significado na vida do educando através da escrita. A autonomia que o educando adquire é surpreendente, pois ele percebe que há um mundo vasto de descobertas e é por meio da língua oral e escrita que o ser humano se expressa, recebe informações, expõe sua opinião e dialoga com o mundo. É importante, desse modo, que nos primeiros anos seja feita a continuidade das experiências trabalhadas na educação infantil, sem deixar lacunas ou avançar etapas na vida do educando.

No primeiro ano, o ensino da língua portuguesa é voltado para a oralidade, leitura e escrita, na compreensão de textos em diferentes contextos discursivos para desenvolver habilidades como: ouvir, identificar, expressar-se, formar hipóteses, buscar, entre outras. Isso pode ocorrer com a leitura de pequenos textos ilustrados, próximos ao interesse do aluno e à escrita, assim como é possível desenvolver a prática de escrita de pequenas frases e pequenos textos. É imprescindível também possibilitar a compreensão e apropriação do sistema alfabético de escrita.

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de

interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Conhecimentos linguísticos e gramaticais, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades da língua e a aprendizagem de regras e processos gramaticais básicos; no eixo Leitura, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Escrita, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais; no eixo Educação literária, desenvolve-se a formação do aluno para conhecer e apreciar textos literários, orais e escritos, com textos e livros de crescente grau de literariedade. (BRASIL, 2017, p. 69).

No segundo ano, dentre as habilidades estabelecidas como objetivo a ser atingido pelo aluno, tem-se a leitura de textos curtos com autonomia e fluência, sendo que, por esse motivo, deve-se propor atividades que possibilitem que o discente relacione objetos lidos no texto com aquilo que faz parte do seu cotidiano, por exemplo. As leituras de textos de, aproximadamente, 300 palavras devem contemplar avaliação dos efeitos de sentido produzidos em textos e a reflexão sobre seu conteúdo temático. Além disso, é necessário efetuar práticas de compreensão e interpretação, tal como reconhecer a estrutura dos textos, juntamente com a produção escritas desses com grafia e sinais de pontuação adequados.

Nessa etapa, a criança começa a ter domínio sobre a ordem do alfabeto, consciência silábica e pode conhecer as estruturas silábicas, tal como ler e escrever adequadamente as palavras, memorizando, assim, a grafia delas. Ainda, é importante salientar a necessidade de o professor incentivar que o aluno leia de forma autônoma, compartilhando também sua opinião sobre as leituras realizadas. Dessa maneira, não há o que questionar sobre o fato de que a alfabetização e o letramento “caminham” juntos, pois sem alfabetização não há letramento.

Do mesmo modo, o conhecimento das hipóteses feitas pelas crianças no aprendizado da língua escrita é condição fundamental para o seu aprendizado, mas a análise e a exploração gradual e sistemática das características formais da língua escrita são também condição fundamental da alfabetização. (BRASIL, 2017, p. 71).

No processo da estruturação da língua escrita, as hipóteses realizadas pelas crianças são fundamentais para a sistematização da alfabetização e letramento.

No terceiro ano, o eixo da oralidade visa trabalhar as práticas de compreensão e produção de textos orais em diferentes contextos discursivos em procedimentos de escuta de textos. Nessa perspectiva, pode-se notar que se assemelham algumas habilidades comuns do 3º e 5º anos como exposição oral, relato de experiências, respeito às variações linguísticas,

fluência de leitura para a compreensão do texto, leitura de textos de diferentes extensões, silenciosamente ou em voz alta, com crescente autonomia e fluência. Dessa maneira, ressalta-se que isso pode possibilitar, portanto, o autodomínio do processo de leitura. É perceptível, também, que a palavra reflexão começa a aparecer com mais precisão na leitura quando se trata do terceiro ano na BNCC: reflexão sobre o conteúdo temático do texto; reflexão sobre o léxico do texto; reflexão sobre a forma, a estrutura e a organização do texto; reflexão sobre os procedimentos estilístico-enunciativos do texto (BRASIL, 2017, p. 84). Ademais, leituras de textos, com aproximadamente 400 palavras, que apresentem uma recuperação da intertextualidade e estabelece relações entre textos diversos, promovendo habilidade de o aluno poder relacionar aquilo que é novo com o que ele já apreendeu resultam na aprendizagem significativa, que mostra o desenvolvimento do aluno. Como se observa, nesta fase, a escrita começa a se estruturar melhor com o planejamento dela, que se efetiva através da divisão do texto em parágrafos, assim como a revisão ortográfica do que fora escrito. Neste momento, o docente pode também propor práticas de leitura e reflexão para apreciar textos literários orais e escritos.

No quarto ano, nas leituras de textos com, aproximadamente, 500 palavras, o educando deve demonstrar compreensão global do texto. É fundamental também que ele possa produzir textos sobre temas de interesse, com o intuito de opinar e defender seu ponto de vista sobre temas que podem ser relacionados às situações vivenciadas na escola. Também é essencial que ele utilize, ao produzir o texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: regras sintáticas de concordância nominal e verbal, convenções de escrita de diálogos, pontuação coerente e tenha conhecimento das regras ortográficas.

No quinto ano, as leituras devem ter reflexão sobre o conteúdo temático do texto, promovendo a identificação da ideia central e da compreensão global do que está sendo lido, analisando, ainda, as possibilidades de sentido do vocábulo ou das expressões utilizadas. É preciso, além disso, refletir sobre a forma, a estrutura e a organização do texto, estabelecendo, dessa forma, a comparação de informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias, conseguindo obter uma conclusão a respeito do texto lido ou produzido.

Ao produzir um texto, o aluno deve apresentar opinião e defesa do ponto de vista sobre o tema/assunto, bem como ter conhecimentos linguísticos e gramaticais, apresentando uma pontuação adequada, que estejam de acordo com as normas ortográficas. Além disso, a BNCC aponta a importância de trabalhar de forma contextualizada com os alunos, visando a valorização de suas histórias e as da comunidade onde estão inseridos, bem como de trabalhar conteúdos de forma interdisciplinar de modo a propiciar conexões e reflexões. Nesse sentido,

é necessário refletir sobre as partes sem perder a visão do todo, respeitando, portanto, as diferenças existentes dentro da sociedade:

O importante é que os alunos se apropriem das especificidades de cada linguagem, sem perder a visão do todo no qual elas estão inseridas, e observem que as particularidades têm sentidos construídos para determinados fins. Mais do que isso, é relevante que compreendam que as linguagens estão em constante processo de mutação e que todos participam deste processo direta ou indiretamente. (BRASIL, 2017, p. 60).

Toda criança possui saberes anteriores à escola que, sem dúvidas, podem ser aproveitados para, a partir disso, promover conhecimentos sistematizados. Na opinião de Kramer (1986), a proposta de alfabetização, embora seja marcada pelas dificuldades e pelo compromisso do educador frente às adversidades que surgem pelo caminho, deve ser repensada de acordo com as necessidades e interesses das diversas classes sociais. Para isso, o projeto político pedagógico das escolas deve corresponder à realidade do seu público.

Assim, a BNCC considera o texto em suas diversas modalidades: os que se apresentam na imprensa, na televisão, internet e publicidade, livros didáticos, ou seja, qualquer suporte em que o texto possa se apresentar, considerando todas as suas estruturas. Salienta-se que para que a alfabetização se efetue é necessário desenvolver habilidades específicas e assim ocorre com o letramento também. Desde muito cedo, a criança já tem contato com o letramento, pois os pais, familiares e até o professor na pré-escola, que são sujeitos letrados, contam histórias, narram fatos para a criança que ainda não é alfabetizada, porém, ao entrar em contato com isso, familiariza-se com o universo do letramento. No entanto, é preciso pensar no quão importante é o papel do professor na educação, pois precisa repensar sua prática o tempo todo, exercendo a ação e a reflexão sobre como realmente formar um cidadão competente e criativo que vai contribuir com a sociedade. Nesse processo de aquisição da língua escrita, é imprescindível fazer com que o aluno entenda por que está aprendendo o conteúdo, no que será importante na vida dele, trabalhando de forma interdisciplinar, uma vez que o trabalho fragmentado não resulta em uma educação de qualidade.

Considerações finais

Em suma, no presente artigo foram discutidos os desafios e níveis da alfabetização e letramento. Com isso, acredita-se que a educação necessita de um olhar mais profundo, desde as fases iniciais da formação escolar até o final da escolarização básica.

Em sala de aula, o professor se depara com diferentes crianças e diversos níveis de aprendizagem. Vale lembrar, ainda, que o professor pesquisador deve buscar por alternativas que visem um melhor rendimento do aluno que apresenta dificuldades. No entanto, é de extrema importância que esse professor tenha orgulho da profissão e realmente se interesse em buscar atividades diversas, conteúdos diferentes que despertem a atenção e motive o aluno a querer aprender além do conteúdo apresentando em sala de aula.

Observa-se, ainda, que é necessário reconhecer conceitos de alfabetização e letramento para entender as dificuldades que a criança encontra em compreender e assimilar um sistema de representação, que é absolutamente abstrato, pois se trata de representar os sons da fala em fonemas e/ou grafemas. Diante disso, destaca-se que a criança precisa descobrir como isso ocorre, mas é preciso que o professor compreenda que os fundamentos psicológicos, fonológicos, linguísticos e sociolinguísticos iniciais da língua escrita envolvem dois processos: de um lado, o processo de aprender a ler e escrever e, de outro, o processo de desenvolver habilidades da leitura e escrita no contexto social e cultural em que as pessoas vivem.

Dessa forma, o professor deve ser consciente de que o aluno é formado por diversas experiências que traz ao longo da vida e o processo de desenvolvimento do educando está ligado ao cotidiano e a sua relação cultural e familiar. Além disso, todas as crianças passam por fases de aprendizagem, mas não significa que passem por todas as fases de maneira uniforme, uma vez que o processo é dinâmico e as crianças estão sempre em transição entre fases, exigindo do educador muita atenção e sensibilidade. O importante é o olhar do professor para o aluno, apresentando uma fundamentação teórica para poder traduzi-la a uma prática adequada. Observa-se, ainda, que os alunos têm diferentes habilidades, capacidades e que cada um tem uma história que define seu processo de aprendizagem, que é essencial para o sucesso dela. É fundamental compreender também as hipóteses de escrita e procurar buscar metodologias que favoreçam o aprendizado da criança para que se aproxime cada vez mais da escrita convencional.

Enfim, a BNCC propõe uma base comum para todas as escolas do Brasil, sendo que na área de linguagens consta oralidade, escrita, pontos de vista linguísticos, variedade de gêneros etc. A importância do documento é dar algumas orientações do que seria o mínimo necessário, mas é o professor quem tem autonomia para escolher os métodos adequados para trabalhar o currículo dentro dos conteúdos específicos. E é responsabilidade do docente desenvolver atividades que façam parte da realidade da escola e do cotidiano do aluno. Portanto, os avanços na aprendizagem, dispostos nos diferentes anos propostos na BNCC na

área de linguagens, definem o lugar onde se deve chegar, pois a BNCC determina o mínimo que a criança pode aprender, assim como as habilidades que deve desenvolver, mas, como docentes preocupados com a aprendizagem e formação de alunos críticos, atuantes na sociedade, não devem contribuir para uma formação mínima e sim procurar desenvolver o máximo do potencial de cada aluno, com o propósito da formação plena.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar 2018.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GROSSI, E. P. **Didática da alfabetização**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

KRAMER, S. (Org.). **Alfabetização: dilemas da prática**. Rio de Janeiro: Dois Pontos. 1986.

KRAMER, S. **A Infância e sua Singularidade**. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. do. **Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

LEAL, T. F.; CORREIA, E. B.; MORAIS, A. G. de. **Letramento e Alfabetização: pensando a prática pedagógica**. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. do. **Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 5. ed. 2. Reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TEBEROSKY, A.; TOLCHINSKY, L. (Orgs.) **Além da alfabetização. A aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática**. 3 ed. São Paulo: ÁTICA, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

Recebido em	03/04/2019
Aceito em	19/04/2019